



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP**INTRODUÇÃO**

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos, o presente instrumento foi elaborado como ferramenta da futura contratação de empresa para fornecimento de materiais de construções.

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021) I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

Se faz necessária a aquisição de materiais, objetivando a manutenção e reformas de próprios publicos.

A futura licitação tem como principal objetivo, o de atender de modo geral a necessidade de todas as secretarias deste Município. Sendo assim, há uma grande demanda em adquirir os mais diversos materiais/insumos de construção civil para esses serviços.

Importante se faz salientar que o presente estudo de viabilidade baseia-se na frequente necessidade deste Município em adquirir insumos e os mais diversos materiais de construção e manutenção como: materiais hidráulicos, materiais de pintura, materiais estruturais, artefatos de cimento, acabamento interno e externo, material básico de construção, ferragem, ferramentas, epi's e materiais de cobertura, os quais são utilizados nos serviços de manutenção, reparos, conservação e recuperação de instalações prediais e obras públicas de domínio da municipalidade.

Vale frisar que na maioria das vezes é impossível prever/dimensionar quais materiais serão necessários e qual quantidade será suficiente nessa ou naquela reforma ou manutenção.

Considerando, que o processo licitação, visam a limitação de estoques, a racionalização do armazenamento, o gerenciamento da validade dos produtos e o não emprego de grandes quantia de valores disponibilizados para se manter grandes estoques, visto ser possível adquirir pequenas quantidades, de acordo com as demandas e necessidade de cada caso.

Sendo assim, é de interesse da Administração que as contratações sejam feitas em sincronia com as regras internas de solicitação de material e de acordo com as demandas, sem que gere qualquer tipo prejuízo às atividades finalísticas.

Considerando ainda, que a manutenção predial é essencial para a conservação do patrimônio de todas as unidades administrativas do Município, e é importante frisar que varias das edificações foram sendo construídas ao longo dos anos e as adaptações, manutenção e melhorias devem ser feitas para que edificações continuem proporcionando condições adequadas e indispensáveis para a realização das atividades que compõem a missão institucional desta prefeitura.

Ressalta-se que a falta de manutenção das instalações poderá acarretar no agravamento da situação das edificações afetadas, podendo chegar a um nível em que as avarias tornar-se-ão irreparáveis. Além disso, o estado precário das construções pode ocasionar acidentes, colocando a vida de usuários em risco.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

1. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA

(art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021 V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)

Para suprir a necessidade de materiais e insumos para o serviço de manutenção e melhorias em próprios públicos, não se vislumbra outra alternativa viável do que a aquisição através de fornecimento de materiais e insumos por empresa privada, por meio de licitação.

Nota: Os materiais, objetos deste termo poderão ser fornecidos no balcão da empresa, quando esta estiver localizada no perímetro urbano do município de DOIS VIZINHOS.

Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

Lei Complementar 123/2006 (LC 123/2006): Essa lei estabelece o tratamento tributário simplificado para micro e pequenas empresas, conhecidas como Simples Nacional ou "Super Simples".

Enquadramento da atividade:

Para se beneficiar do Simples Nacional, a atividade da empresa precisa estar entre as hipóteses previstas na Lei Complementar 123/2006.

E a venda de insumos e/ou materiais de construção, quando realizada por uma Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), está enquadrada na Lei Complementar nº 123/2006, também conhecida como o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Essa lei estabelece um tratamento diferenciado e simplificado para essas empresas em diversos aspectos, incluindo a tributação, licitações e outras áreas.

2. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

O Objetivo-se centralizar as aquisições em empresas de cada ramo específico, ou seja, o fornecedor deverá ser único para cada lote.

Assim, a licitação para a contratação do objeto em lotes, justifica-se pela necessidade de preservar a integridade qualitativa do objeto, pois se o objeto for dividido em vários itens e vários fornecedores forem contratados poderá implicar na descontinuidade da padronização, bem como criando dificuldades gerenciais e, até mesmo, aumento dos custos, pois a contratação tem a finalidade de formar um todo unitário.

Cabe ao Município buscar o menor desperdício possível de recursos, assegurando a qualidade das aquisições, cabe-nos portanto, primar pela escolha da solução mais adequada e eficiente dentre as diversas opções existentes, já por ocasião da definição do objeto e das condições da aquisição, posto que é essa descrição que proporciona a seleção da proposta mais vantajosa.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Partindo das premissas básicas é que se deve avaliar o parcelamento do objeto, sem esquecer que, a rigor, objetos divisíveis, complexos ou de naturezas distintas devem ser parcelados em itens independentes com vistas à ampliação da competitividade, propiciando, assim, que os fornecedores apresentem propostas individualizadas para cada um deles, de acordo com suas condições, e, igualmente, que o julgamento seja feito em relação a cada qual, o que usualmente resulta em preços mais vantajosos.

O não parcelamento do objeto, seja para os fins da adoção de um objeto único ou mesmo do agrupamento de itens em lotes – que por óbvio devem guardar compatibilidade entre si, admitir julgamento com base em um mesmo critério e permitir execução por um mesmo fornecedor, por sua vez, deve ser visto com cautela e exige justificativa adequada e consistente, já que ao menos em tese reduz a competitividade, na medida que impõe a cotação do global ou de todos os itens que compõem cada lote, e pode também não resultar na escolha da proposta efetivamente mais vantajosa, em virtude de o julgamento considerar o custo total do objeto ou de cada lote definido, conforme o caso, e não dos itens isolados.

Bem por isso é que a decisão relativa à divisão ou não do objeto deve ser motivada em cada caso concreto e deve ser precedida de estudos do mercado específico ainda na fase interna da contratação, que evidenciem a vantagem sob a ótica técnica e/ou econômica.

Neste sentido, vale esclarecer que nossa análise aponta para o NÃO PARCELAMENTO do objeto. Uma vez que a aquisição aqui proposta se trata de vários lotes de características específicas, e de grande possibilidade de disputas, visto a grande quantidade de fornecedores disponíveis neste ramo.

Ainda, essa divisão em lote distintos, se mostra inteiramente vantajoso à administração Municipal, já que vem sendo contratado desta maneira a vários anos e inúmeros certames já foram realizados e com sucesso.

O objetivo deste estudo consiste em viabilizar a aquisição/compra de insumos e materiais de construção. Contudo a aquisição será de forma parcelada e fracionada, vez que o fracionamento se deve em virtude das características do objeto e não acarretaria um aumento global no custo do objeto. Como regra geral, exige-se o parcelamento do objeto sempre que isso se mostre técnica e economicamente viável. A esse respeito, o Tribunal de Contas da União editou a Súmula n. 2472.

Neste caso o item/lote terá seu fornecimento em cotas, tendo em vista a obrigatoriedade imposta pela Lei Complementar nº 123/2006, reservando o fornecimento de 25% do objeto licitado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, objetivando fomentar as empresas que estejam sob estes enquadramentos, com preferência de compra para esta cota reservada.

3. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE

(art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021) estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

A estimativa de quantidade foi baseada em consumo do próprio ente em ano/exercícios do ano corrente e anteriores. É importante discorrer sobre a impossibilidade de cravar o quantitativo exato de material necessário para suprir a demanda em virtude de tratar não apenas de manutenção preventiva, mas pela necessidade de manutenção corretiva com demanda incerta. Devemos considerar o volume de intervenções por tratar-se de aquisição para produtos abrangendo o órgão da Administração Municipal.

Como já demonstrado nas outras contratações anteriores semelhantes ao objeto, onde não mensuramos estimativas de quantidades, mas sim, um valor estimado para cada lote, referenciado pela tabela SINAPI vigente, e que dê condições de manter a contratação no mínimo por um, ou mais exercício financeiro



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

4. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

O valor estimado para a presente contratação é de R\$ 6.900.000,00 (seis milhões e noventa mil reais), a estimativa de valor se justifica, visto que ao usarmos contratação, em decorrência da necessidade de não ser possível precisar com exatidão os quantitativos a serem demandados pelo Município. A aquisição de mercadorias e serviços para que, em um momento posterior, venha a adquiri-los. Vale ressaltar ainda que o preço de cada produto será baseado na tabela SINAPI, sempre na última versão publicada.

5. ANÁLISE DOS RISCOS

(art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021) a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;
A análise de riscos encontra-se anexo ao processo.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

(art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

Problema: As equipes de manutenção e reformas enfrentam diversas dificuldades para a realização de manutenção em virtude das inúmeras metodologias construtivas aplicadas nas edificações ao longo do tempo, mesmo quando existe uma ampliação de uma edificação as metodologias e materiais aplicados são distintos.

Solução Proposta: Aquisição de insumos/materiais de construções por meio de fornecimento de iniciativa privada, é que a licitante vencedora deverá entregar o produto dentro do prazo determinado e estipulado, considerando dias úteis, no local previamente informado pelo setor requisitante, muitas vezes pode ocorrer a necessidade de entrega imediata de um determinado item, ou a necessidade dos servidores do Município retirarem na sede da contratada. Situação essa evidenciada neste termo, e justificada pelas intempéries climáticas as quais o Município passa anualmente.

Redução de custos: A otimização dos processos aquisição dos insumos e a opção por não manter estoques que podem gerar aumento dos custos operacionais.

Conclusão: Espera-se com a aquisição de materiais/insumos e ferramentas para a manutenção dos próprios públicos, será possível melhorar a qualidade dos bens públicos, tornando-a mais eficiente e segura aos usuários, minimizando falhas que possam causar acidentes, garantia de melhor qualidade, sustentabilidade - procurando minimizar impactos ambientais- e a satisfação dos usuários.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Capacidade Financeira: Demonstrações financeiras da empresa para avaliar sua saúde financeira.

O fornecimento dos materiais/insumos se dará por empresa do ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com o que prescreve a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos neste instrumento e no futuro termo de referência.

A proponente contratada deverá apresentar Alvará de Funcionamento



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Conformidade Legal: Inscrições: Inscrições básicas (CNPJ, inscrição estadual).

INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO/COZINHA

() SIM

(x) NÃO

8. JUSTIFICATIVAS

(Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021) A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Justificativa das Exigências de Qualificação Técnica

A qualificação técnica dos concorrentes é de fundamental importância para assegurar que a empresa contratada possua a capacidade técnica e operacional

Justificativa da Exigência de Qualificação Econômico-Financeira

A qualificação econômico-financeira dos concorrentes é essencial para garantir a capacidade da empresa contratada de cumprir as obrigações assumidas no contrato.

9. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL

(art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refulgos, quando aplicável;

O procedimento para as contratações de interesse público devem buscar sempre a proposta mais vantajosa, trazendo um agrupamento de benefícios, onde, tal conceito vai além do mero ato de obter os menores preços, mas, sim, analisar os benefícios do processo, onde é necessário avaliar os impactos positivos e negativos na aquisição quanto a:

- A observância de normas e critérios de sustentabilidade;
- O emprego apurado dos recursos públicos;
- Conservação e gestão responsável de recursos naturais;
- Uso de insumos ambientalmente sustentáveis, sempre que existir a oferta;
- Remoção e destinação final apropriada dos resíduos gerados pelas aquisições;
- Observância das normas de qualidade e certificação nacionais e públicas como INMETRO e ABNT, IAT, CONAMA, entre outras;

A Lei nº14.133/21, determina que as empresas cumpram integralmente todas as normativas legais relativas à proteção ambiental, quer sejam federais, estaduais ou municipais, responsabilizando-se a mesma por quaisquer penalidades decorrentes de sua inobservância.

Deverão cumprir as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, sobre resíduos sólidos, em especial as Políticas de descarte



sustentáveis das embalagens vazias, ou relacionadas.

Conforme o disposto no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, onde estabelece que os resíduos sólidos em geral ou rejeitos, provenientes de aquisições ou serviços que gerem resíduos sólidos ou rejeitos, a contratada deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 7.404, de 2010 e Instrução Normativa 1, 25/01/2013 – IBAMA”, e outras relacionadas às normas ambientais.

Ainda, deverão observar a legislação relacionada, em especial:

- Lei 12.305/2010 – Plano Nacional de Resíduos Sólidos - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Constituição Brasileira em seu Artigo 225 – Proteção ao Meio Ambiente;
- Lei 6.938/81 – Política Nacional de Meio Ambiente - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências;
- Lei 9.605/98 – Lei Federal de Crimes Ambientais - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências;
- Lei nº 10.888/01 – Dispõe sobre o descarte final de produtos potencialmente perigosos do resíduo urbano que contenham metais pesados;
- NBR 9735 – Conjunto de equipamentos para emergências no transporte terrestre de produtos perigosos;
- Decreto Federal nº 96.044/88 – Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos;
- NBR 7500 – Símbolos de risco e manuseio para transporte e armazenamento de materiais;
- NBR 7501 – Ficha de emergência para o transporte de produtos perigosos;
- NBR 7504 – Envelope para o transporte de carga perigosa;
- NBR 13221 – Transporte de resíduos;
- Lei 6.938/81, alterada pela Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000;
- Decreto Federal 97.634/89 - Dispõe sobre o controle da produção e da comercialização de substância que comporta risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente, e dá outras providências;
- Portaria IBAMA nº 32, de 12 de maio de 1995;
- Portaria IBAMA nº 46, de 06 de maio de 1996;

10. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

(art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

A solução proposta tem como objetivo garantir o fornecimento do produto, permitindo que, posteriormente, seja adquirido pelos preços ofertados, quantas vezes for necessário. Isso evita que a administração pública precise realizar sucessivas licitações para contratar o mesmo produto.

O planejamento das atividades de manutenção é a base para a efetiva operacionalizações das atividades de atendimento e recuperação provisória dos próprios públicos. O planejamento consiste em um conjunto de regras e procedimentos que visam dirigir as ações de forma a garantir a priorização e execução das manutenções e previsibilidade dos



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

recursos necessários para as ações e confiabilidade dos serviços prestados aos munícipes. A execução das atividades obedece aos critérios de prioridade de atendimento e por tipo de manutenção, assim organizando e racionalizando o atendimento. Muitas vezes surgem demandas com urgência em virtude de período chuvoso que danificam a cobertura de uma escola por exemplo. Por tanto, pode-se afirmar que as primeiras ações a serem implementadas serão as manutenções necessárias e urgentes. Já em outro momento, no decorrer do tempo será dada continuidade em outros reparos.

O principal motivo da aquisição destes materiais é zelar pelo bem público e pela segurança dos usuários, de forma eficiente e econômica, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes.

12. REGIME DE FORNECIMENTO

(Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021) o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

A entrega dos insumos se dará sob demanda, os materiais deverão ser entregues no **prazo máximo de 08 (oito) dias úteis**, após o recebimento da requisição de compras emitido pela Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos, seguindo rigorosamente as quantidades solicitadas, os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Tiradentes, nº 700, centro sul CEP 85660- 000 Dois Vizinhos PR, ou nos locais previamente determinados conforme orientação da Secretaria de Viação e Obras (sem ônus de entrega).

As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:

Parcelas	Composição da parcela	Prazo de entrega
Diversas	Unidade	Micro pedidos (diversas secretarias) Os materiais deverão ser entregues no prazo máximo de 08 (oito) dias úteis , após o recebimento da requisição de compras emitido pela Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos
Diversas	Unidade	Os materiais deverão ser entregues no prazo máximo de 08 (oito) dias úteis , após o recebimento da requisição de compras emitido pela Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos
Diversas	Unidade	Os materiais deverão ser entregues no prazo máximo de 04 (quatro) horas, após o recebimento da requisição de compras emitido pela Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos (em caso de urgência). Exemplo: Estourou uma rede de água.

Nota: Os materiais, objetos deste termo poderão ser fornecidos no balcão da empresa, quando esta estiver localizada no perímetro urbano do município de DOIS VIZINHOS.

Garantia, manutenção e assistência técnica

O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de

PREFEITURA MUNICIPAL

CNPJ 76.205.640/0001-08

Avenida Rio Grande do Sul, 130 – Fone (46) 3536 8800 – CEP 85.660-000 – Dois Vizinhos - PR



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Defesa do Consumidor)

A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio contratado.

Uma vez notificado, o contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem defeito no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do produto das dependências da Administração pelo contratado.

Decorrido o prazo para substituição ou reparos sem o atendimento da solicitação do contratante ou a apresentação de justificativas pelo contratado, fica o contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem, bem como a exigir do contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia do produto.

A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma das suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

(art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal e suplente designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Com base na solução proposta, O planejamento das atividades de manutenção é a base para a efetiva operacionalização das atividades de atendimento e recuperação próprios utilizados pelos municípios e servidores. O planejamento consiste em um conjunto de regras e procedimentos que visam dirigir as ações de forma a garantir a priorização e execução das manutenções e a previsibilidade dos recursos necessários para as suas ações e confiabilidade dos serviços prestados aos municípios.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Deonir Caldato
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Olisses de Lima Bueno
Suplentes:	Alceni de Oliveira

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES **(art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)**

Os serviços de manutenção serão executados pelos servidores da Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos, e por funcionários terceirizados já contratados através de processo licitatório.

15. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021) II

demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

A presente aquisição encontra-se alinhada com o PAC 2025 e poderá ser



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

confirmada conforme publicação extraída da publicação disponível no site do Município.

- I) ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000001/2025;
- II) Data de publicação no PNCP: 17/06/2024;
- III) Identificação da futura contratação: 987541-174/2025
- IV) Id do item no PCA: 50 a 79
- V) Classe/Grupo: MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DOS PROPRIOS PUBLICOS;

16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS

- ☐ Global
- ☒ Lote(s) de Itens
- ☐ Por Itens

17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?

- ☒ Bens e serviços comuns
- ☐ Bens e serviços especiais
- ☐ Serviço comum de engenharia
- ☐ Serviço especial de Engenharia

Insumos e materiais de construção é caracterizada com bem comum cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, utilizando especificações usuais de mercado. Em outras palavras, são produtos ou serviços que possuem características padronizadas e de fácil acesso, com disponibilidade em larga escala.

18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

O objeto da contratação tem um risco muito baixo de não ser executado ou de gerar prejuízos para a Administração, justificando a dispensa da garantia. A Administração optou por utilizar outras formas de garantia além da garantia de execução, como a comprovação de experiência em atividades similares ou a apresentação de documentos que demonstrem a capacidade financeira da empresa.

19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

O presente ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - (ETP), em harmonia com o disposto na legislação vigente, considerando a análise das alternativas de atendimento das necessidades elencadas e os demais aspectos normativos, conclui pela VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO, uma vez considerados os seus potenciais benefícios em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade, em complemento, os requisitos listados atendem adequadamente às demandas formuladas, os custos previstos são compatíveis e os riscos identificados são administráveis.

20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC

(Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021) a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

- (X) Pregão, (X) Tradicional () SRP
() Concorrência, () Tradicional () SRP
() Concurso
() Leilão
() Dialogo Competitivo

Critério de julgamento:

- () menor preço
() melhor técnica ou conteúdo artístico
() técnica e preço
() maior retorno econômico
(x) maior desconto
() maior lance

Modo de disputa: O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

- () Aberto
() Fechado
(X) Aberto e Fechado
() Fechado e Aberto

Caráter do orçamento estimado SIGILOSO

- () SIM
(X) NÃO

21. Qual será a fonte dos recursos a serem utilizados?

- (X) Recursos Próprios
() Recursos Estaduais
() Recursos Federais

Dois Vizinhos, 20 de maio de 2025.

Deonir Caldato
Secretario de Viação, Obras e Serviços Urbanos
Decreto 21603/2025
Matricula funcional 20271-1